

## **Contracolonização, linguagens e educação: Da guerra por territórios a uma educação contracolonizadora**

Ludovico Muniz Lima<sup>1</sup>

Débora Cristina de Araujo<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo, de natureza ensaística, tem por objetivo debater sobre a contracolonização no contexto da educação acadêmica tendo a linguagem como campo de efetivação de territorialidades e perspectivas educativas colonizadoras e contracolonizadoras, a partir da obra de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2018; 2023). O artigo faz uma breve revisão sobre o contexto da invasão colonial ao Brasil enquanto guerra por território desdobrada até os dias atuais, destacando operações desta guerra conduzidas no campo da linguagem. O terço final do texto dedica-se a problematizar as universidades brasileiras refletindo sobre um modelo eurocêntrico de Educação e sobre possibilidades contracolonizadoras no campo acadêmico.

**Palavras-Chave:** Contracolonização; Linguagens; Educação.

### **Countercolonization, languages and education: From the war for territories to a countercolonizing education**

### **Abstract**

This article, which is essayistic in nature, aims to debate counter-colonization in the context of academic education, using language as a field for implementing colonizing and counter-colonizing territorialities and educational perspectives, based on Antônio Bispo dos Santos (2015; 2018; 2023). The article briefly reviews the context of the colonial invasion of Brazil as a war for territory that has unfolded to the present day, highlighting operations of this war conducted in the field of language. The final third of the text is dedicated to problematizing Brazilian universities, reflecting on a Eurocentric model of Education and counter-colonizing possibilities in the academic field.

**Keywords:** Counter-colonization; Languages; Education.

---

### **Mundos em guerra, territorialidades em disputa**

*“[...] O seu mundo e o meu mundo tão em guerra, os nossos mundos tão todos em guerra, a falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo.”*

*Ailton Krenak*

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade do Estado do Paraná, Campus de Paranavaí. Professora de Educação das Relações Étnico-Raciais no Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pela UFES.

*“Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”*

*Antônio Bispo dos Santos*

Escolhemos abrir este artigo sobre contracolonização no contexto acadêmico da educação a partir de considerações feitas por duas referências: Ailton Krenak, importante referência intelectual indígena Krenak<sup>3</sup>, e Antônio Bispo dos Santos (1959-2023), também conhecido por “Nêgo Bispo”, liderança quilombola da comunidade do Saco do Curtume-PI, intelectual que cunha o termo “contracolonização”.

Krenak, em depoimento retirado da série documental “Guerras do Brasil, parte 1: As guerras de conquista” (BOLOGNESI, 2019) apresenta a perspectiva de mundos em guerra. “O seu mundo e o meu mundo estão em guerra”, diz à pessoa que o entrevista, ocultada pela câmera. Embora não seja possível determinar as características fenotípicas gerais de quem o entrevista, a partir da fala de Krenak deduzimos que se trata de uma pessoa não-indígena.

A força de expressão que se faz presente na fala de Krenak nos leva a uma fundamental reflexão. Adentramos o jogo de significados contidos na ideia de diferentes mundos para começar a abordar o potente conceito de contracolonização a partir do que consideramos imprescindível para compreendê-lo: território.

Conceito-chave da Geografia, o território é investido de diferentes interpretações, embora hegemonicamente apropriado e apresentado como invólucro político donde os Estados Nacionais estabelecem sua soberania (PORTO-GONÇALVES, 2000). Dominadora, esta noção de território é parte de um conjunto prático-epistemológico-ideológico que constrói a ideia de que diferentes territórios nacionais compõem um mundo, ordenado a partir de um sistema político-econômico global.

É no interior desse novo ‘containner de poder’ (Giddens, 1989) – os Estados Territoriais Modernos – que as lutas sociais por liberdade, igualdade e fraternidade terão que se haver nesse mundo moderno-colonial. Essa ordem geográfica e política instituída pelos protagonistas que se fazem a si próprios por meio dos Estados Territoriais Nacionais ganha seus contornos mais avançados recentemente com a criação da Organização das Nações Unidas após a 2a Guerra Mundial. É que o nacionalismo expansionista imperialista havia levado o mundo a duas guerras em cerca de 20 anos (1914-1918 e 1939-1945) envolvendo diretamente os territórios dos Estados Nacionais situados no polo dominante da ordem moderno-colonial e, somente por isso, se entende que tenham sido chamadas Guerras Mundiais. A partir daqui se esboça a configuração de uma nova territorialidade que Negri e Hardt chamarão de Império, que não reconhece nenhuma externalidade, e se quer, portanto, trans-nacional, global e planetária. A partir

---

<sup>3</sup>Etnia indígena de pertencimento territorial mais significativo no nordeste do estado de Minas Gerais-BR.

de então passamos a uma ordem internacional instável de convivência contraditória entre protagonistas que se fazem a si mesmos por meio de distintos regimes de produção territoriais de poder como os Estados Nacionais, o Imperialismo e o Império instaurando um verdadeiro ‘caos sistêmico’. (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 224)

Chamamos a atenção nesse trecho para a passagem em que o autor afirma que as duas grandes guerras foram consideradas “mundiais”, por se darem nos “territórios dos Estados Nacionais situados no polo dominante da ordem moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 224). Lembramo-nos de anos passados, em que durante um projeto musical do qual participamos, “Céu do Congo”, o compositor principal, Eustarley Barone, músico, congueiro<sup>4</sup> da comunidade quilombola de Roda D’água, Cariacica-ES, nos apresentou uma canção intitulada “Antes da primeira guerra mundial”. Segue trecho:

Antes da primeira Guerra Mundial, já haviam guerras mundiais  
Meus índios,  
Meus africanos,  
Meus africanos, meu batuque, meu quilombo  
(Eustarley Barone)

Esta canção dialoga com Krenak e com a crítica de Porto-Gonçalves (2000) à interpretação hegemônica de território e ordenamento territorial e nos traz à dimensão que queremos alcançar quando tratamos aqui de território e de mundos. De modo que, quando consideramos a fundação colonialista da modernidade, identificamos um processo de invasões territoriais e genocídio promovido pelos Estados Nacionais europeus, sem que este conjunto de invasões seja considerado a mais longa guerra mundial da história humana. Pelo contrário, ironicamente, somente a partir do desacordo de “cavalheiros” entre o fim do século XIX e o início do século XX sobre a divisão imperialista além-Europa (sobretudo no continente africano) de territórios a sofrerem com a sanha invasora europeia é que se considera que o “mundo” entra em guerra. Evidente, pois se trata de conflito entre aquele conjunto territorial a que se pode dignificar com ideia de mundo. Batalhas decorridas dessas guerras mundiais no sudeste asiático, no norte da África, Oceania, sobretudo na II Guerra, tão utilizadas para justificar geograficamente a alcunha de mundial destes conflitos, são tão somente “agraciadas” como partícipes periféricos deste mundo, na medida em que nelas estiveram em curso projetos bélicos que as integram a um “sistema-mundo” comandado pelos territórios europeus em guerra, palcos macabros das principais batalhas. Fossem estas batalhas exógenas a um interesse direto de integração sistêmica moderno-colonial, nada de mundial teriam.

Estamos aqui nos referindo a uma cosmovisão<sup>5</sup> eurocêntrica de mundo, que elege a si como única, transformando-se num projeto de conquista territorial e projetando-se como universal. Natural que seja

<sup>4</sup> Termo que se refere a um membro de banda de Congo, expressão cultural de matriz africana praticada no Espírito Santo

<sup>5</sup> Neste texto, cosmovisão se refere à posição eurocêntrica de interpretar o mundo, muito bem caracterizada pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwúmí (2021, p. 22): “O termo ‘cosmovisão’, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar

neste ambiente ideológico que ganhe força a ideia de que uma guerra mundial só pode se dar entre os Estados Nação que conduzem este projeto.

Na contramão desta concepção hegemônica de território, seguimos a perspectiva de Porto-Gonçalves para quem “[...] é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemias) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espacó” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 229).

Assim, voltando à fala de Krenak (BOLOGNESI, 2019), considerar um mundo indígena e um mundo não-indígena implica reconhecer a relação estabelecida entre as diferentes sociedades e seus modos de estar-juntos no espaço, bem como suas territorialidades. E, especificamente aqui, ao tomarmos a imagem da guerra, excluímos territorialidades outras dentre as não-indígenas, apontando a territorialidade moderno-colonial capitalista, conduzida por seus artífices contemporâneos (Estados Nacionais e grandes corporações industriais), como aquela que faz a guerra “em todos os lugares, o tempo todo”.

Esse exercício de exclusão é matéria de fácil respaldo quando se analisa desde a histórica cruzada genocida e escravocrata do projeto colonial implementado no Brasil à escalada contemporânea de ataques a territórios indígenas empreendida por agentes políticos, do agronegócio e dos conglomerados mineradores industriais (PES; RODRIGUES, 2022), elementos trazidos também no documentário do qual retiramos a fala de Krenak.

Do outro lado do front estão os povos contracolonizadores. Antônio Bispo dos Santos nos traz exatamente a perspectiva da territorialidade como elemento fundamental da contra-colonização ao ressaltar os “[...] processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores” (SANTOS, 2015, p. 48).

O autor, profundamente religado à sua experiência e conhecimentos florescidos do estar-junto próprio de sua comunidade quilombola, em “Colonização e quilombos, modos e significações” (SANTOS, 2015), busca refletir sobre permanências e mudanças na guerra entre contracolonizadores e colonizadores desde o início do projeto colonial aos dias atuais de capitalismo neoliberal.

Para tanto, propõe uma análise sobre os modos de significação da realidade em disputa no passado e no presente:

O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afro pindorânicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo curo monoteísta. (SANTOS, 2015, p. 37)

---

outros sentidos”. Quando a utilizamos aqui, é no sentido de expor como a noção de cosmovisão age: ignorando outras formas e sentidos de interpretar o mundo que não sejam pelo olhar e que é representada “[...] um testemunho dos poderes atribuídos ao ‘ver’” (OYÈWÚMÍ 2021, p. 22).

Desta colocação, Santos (2015) alarga a compreensão da luta e da resistência contra o que ele chama de “cosmovisão cristã-monoteísta”.

O povo eurocristão monoteísta, por ter um Deus onipotente, onisciente e onipresente, portanto único, inatingível, **desterritorializado**, acima de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista, vertical e/ou linear. Isso pelo fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em uma única direção. Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos. (SANTOS, 2015, p. 38-39, grifo nosso)

Em contrapartida à desterritorialidade monoteísta, Santos destaca que, por terem deuses e deusas “[...] pluripotentes, pluricientes e pluripresentes, materializados através dos elementos da natureza que formam o universo” (SANTOS, 2015, p. 39) e, portanto, territorializados, os povos contracolonizadores organizam-se de forma circular e/ou horizontal, “[...] porque conseguem olhar para as suas deusas e deuses em todas as direções” (SANTOS, 2015, p. 37)

Assim, pondo em evidência o campo religioso como base estruturante das diferentes sociedades, o autor desloca a discussão usualmente feita sobre modelos de desenvolvimento e organização social da análise político-econômica, eleita plataforma preferencial dos estudos críticos ocidentais, para uma profunda investigação que, sem abrir mão destes elementos, os analisa não como determinantes “monísticos” mas intimamente imbricados a construções cosmológicas. Aqui, a partir do choque cosmológico entre povos distintos está posta a aproximação da contracolonização com o campo da linguagem, fundamental na construção cosmológica de mundo e, portanto, nas territorialidades em disputa.

O objetivo deste artigo de natureza ensaística é de provocar diálogos entre referenciais teóricos propostos por um pesquisador de doutorado e sua orientadora com alguns debates conduzidos na disciplina Educação e Linguagens (2024/01), em um Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade brasileira da região sudeste. Ora predominando a voz autoral do doutorando, homem negro, capoeirista de origem e geógrafo de formação, ora mesclando as vozes com sua orientadora, mulher negra, candomblecista e professora recém-ingressa na docência na pós-graduação, ambos proporemos a ginga como possibilidade de pensar resistências ou, como mais adiante apresentaremos, confluências.

Na seção seguinte buscamos debater sobre colonização e contracolonização no campo da linguagem, gingando entre as considerações de Santos (2015) e algumas referências estudadas ao longo da disciplina Educação e Linguagens para, mais à frente, pensar em possibilidades contracolonizadoras em Educação.

### **Colonização e contracolonização na linguagem**

Em um texto clássico de Walter Benjamin, “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem” (BENJAMIN, 2011) discutido ao longo da disciplina “Educação e linguagens”, no Programa

de Pós-graduação em Educação de uma instituição da região sudeste<sup>6</sup>, temos a oportunidade de traçar comparações entre uma concepção proposta por esse autor sobre linguagem e a perspectiva de Santos, buscando compreender algumas questões sobre colonização e contracolonização no campo das linguagens.

Benjamin, ao tomar o texto bíblico como campo fértil para reflexões sobre a natureza da linguagem e da língua e seus processos de produção de significado e comunicação, expressa que

Traduzir a linguagem das coisas para a linguagem do homem não consiste apenas em traduzir o que é mudo para o que é sonoro, mas em traduzir aquilo que não tem nome em nome. Trata-se, portanto, da tradução de uma língua imperfeita para uma língua mais perfeita, e ela não pode deixar de acrescentar algo, o conhecimento. Ora, a objetividade desta tradução está garantida em Deus. Pois Deus criou as coisas e nelas a palavra criadora é o gérmen do nome que conhece, da mesma forma como Deus também, ao final, nomeava cada coisa após tê-la criado. Mas evidentemente essa nomeação constitui somente a expressão da identidade, em Deus, entre a palavra criadora e o nome que conhece, e não a solução antecipada para aquela tarefa que Deus atribui expressamente ao próprio homem: nomear as coisas. Recebendo a língua muda e sem nome das coisas e transformando-a em sons, nos nomes, o homem solve essa tarefa. Mas essa tarefa seria insolúvel se a língua nomeadora do homem e a língua sem nome das coisas não tivessem uma proximidade de parentesco em Deus, oriundas da mesma palavra criadora, tornada, nas coisas, comunicação da matéria em uma comunidade mágica, e, no homem, linguagem do conhecimento e do nome em um espírito bem-aventurado. (BENJAMIN, 2011, p. 64-65)

Tentaremos desmembrar essa importante passagem do texto à luz de algumas considerações de Santos, evidenciando possibilidades interpretativas sobre a linguagem. Destacamos preliminarmente algumas palavras-chave que podem nos conduzir neste processo: tradução, nome, conhecimento e nomeação.

Na passagem supracitada, Benjamin evidencia uma certa mecânica linguística da cosmovisão cristã monoteísta ao identificar a linguagem como um solo divino comum donde fixam-se o que ainda não tem nome (as coisas), o nominador (o “homem”), e a língua (ferramenta divina do homem). O conhecimento é apresentado tal como a expressão se revela na tradução da língua imperfeita das coisas para uma perfeição pré-estabelecida por Deus. Ora, essa operação só tem sentido em um mundo que seja integralmente criado por este Deus, o que nos leva ao início do texto quando refletimos sobre um sistema-mundo que a todos os territórios tenta englobar.

O que resta, sob esta lógica, ao “homem” que coisifica outras pessoas e povos? Nomeá-los e “conduzi-los à perfeição” por meio da tradução, produzindo nesta operação da linguagem, conhecimento.

Uma primeira consideração de Santos que trazemos para o debate versa sobre tradução:

Quando provoco um debate sobre a colonização, os quilombos, os seus modos e as suas significações, não quero me posicionar como um pensador. Em vez disso, estou me posicionando como um tradutor. Minhas mais velhas e meus mais velhos me formaram pela oralidade, mas eles mesmos me colocaram

<sup>6</sup> O nome da instituição foi suprimido para evitar a quebra de anonimato.

na escola para aprender, pela linguagem escrita, a traduzir os contratos que fomos forçados a assumir. (SANTOS, 2018, p. 1)

Interessante notar um paralelo entre a compreensão que Santos tem de si, um tradutor de/para sua comunidade, e a perspectiva de tradução trazida no texto de Benjamin. Estão em pontas opostas do processo comunicativo. Em Benjamin, traduzir é codificar as coisas e o mundo, enquanto para Santos, trata-se de decodificar este primeiro processo, um exercício de compreender e combater processos de nomeação imposta a ele e a sua comunidade por meio de “[...] contratos a que foram forçados a assumir”. Outro marcador importante que atravessa aqui o debate da linguagem é a relação entre oralidade e a escrita. Seguimos com Santos (2018, p. 1):

Quando fui para a escola no final da década de 1960, os contratos orais estavam sendo quebrados na nossa comunidade para serem substituídos por contratos escritos impostos pela sociedade branca colonialista. Estudei até a oitava série, quando a comunidade avaliou que eu já poderia ser um tradutor. Na década de 1940 houve uma grande campanha de regularização das terras pela escrita. Isso ocorreu no Piauí e também no resto do Brasil. A lei dizia que as pessoas que ocupavam a terra seriam chamadas de posseiros. Essa lei colocou um nome, coisificou essas pessoas. Não éramos posseiros, éramos pessoas... O que isso significou para nós?

Nessa passagem podemos identificar como, através da linguagem, a invasão e o ordenamento territorial se consolidam como projeto moderno-colonial. A operação de nominar à serviço do Estado-Nação, materializa tanto uma produção de conhecimento sobre o território quanto uma alienação deste conhecimento aos povos-alvos da nominação, ironicamente “inclusos”, agora com seus novos nomes em um sistema que lhes comunica sobre sua nova condição no território por meio de uma língua que lhes é estranha e inacessível. Aí a escola surge, numa perspectiva colonialista, como meio de tradução da “língua imperfeita” (oralidade) para uma “língua mais perfeita” (escrita) e, no caso de Santos, como uma instituição a ser ocupada para municiar o processo de contracolonização.

Ao longo da disciplina Educação e Linguagens identificamos em referências trabalhadas movimentos operando também na própria língua que se assemelham ao uso que faz Santos (2018) da linguagem escrita e da escola. Grada Kilomba (2019) e bell hooks<sup>7</sup> (2017) percebem o uso das línguas coloniais, em especial o inglês, de maior trânsito no sistema-mundo moderno-colonial, como veículos de significações outras e construções contra-hegemônicas. Especialmente Kilomba vai além ilustrando como a colonialidade e o patriarcado aliam-se de modo mais evidente no caso da língua portuguesa: se enquanto que em línguas anglo-saxãs algumas terminologias já foram “[...] criticamente desmontadas ou mesmo reinventadas num novo vocabulário” (KILOMBA, 2019, p. 14), quando escritas em português, “[...] revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais [...]” (KILOMBA, 2019, p. 14).

<sup>7</sup> O nome bell hooks é o pseudônimo da autora estadunidense Glória Watkins e foi grafado em letras minúsculas de acordo com a grafia adotada pela autora, que desejava que suas ideias tivessem mais destaque do que seu nome.

Assim temos que, diante da cosmovisão cristã-monoteísta, é preciso haver formas de combate no campo da linguagem à campanha nominadora que vem produzindo conhecimentos comprometidos com a manutenção do sistema-mundo moderno-colonial. A este respeito, Santos propõe uma “guerra de denominações”:

Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecer-las.

[...]

Semeei as palavras biointeração, confluência, saber orgânico, saber sintético, saber circular, saber linear, colonialismo, contracolonialismo... Semeei as sementes que eram nossas e as que não eram nossas. Transformei as nossas mentes em roças e joguei uma cuia de sementes. (SANTOS, 2023, p. 15)

A perspectiva de guerra das denominações exposta por Santos apresenta uma gama do que chamamos de conceitos potentes para pensarmos o conhecimento, as relações sociais e também os processos educativos. Sem a pretensão de passarmos, neste artigo, por todo o conjunto de denominações expressas na obra escrita do autor, nos atemos a uma que vem ganhando grande repercussão em estudos dedicados à contracolonização: confluência.

O autor afirma: “Para mim, um dos meios necessários para chegarmos a esse lugar (nível de sabedoria e bem viver por muitos ditos e sonhados) é transformarmos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências.” (SANTOS, 2015, p. 91)

Algo importante nesse processo é uma consideração feita pelo autor de que, inicialmente, a confluência se dá no compartilhamento de conhecimentos e práticas entre povos contracolonizadores que, pensados no contexto brasileiro, são indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras-de-coco, pescadores, entre outros (SANTOS, 2023, p. 65).

A partir disso, duas questões nos provocam: pode haver confluência entre povos e conhecimentos contracolonizadores nos territórios e instituições colonizadoras? Se sim, como nós, que nos situamos do lado de cá, da territorialidade moderno-colonial, podemos realizar esse movimento, sabendo de uma assimetria de poder no que tange à linguagem e aos meios da linguagem que atravessam nossa reflexão e prática no contexto acadêmico? Evidente que o fato de estarmos situados/as nesta territorialidade não nos transforma automaticamente em parte do povo colonizador. Ou será mesmo tão evidente assim?

Neste sentido, o autor provoca:

E o que é contracolonizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos! Só pode reeditar a trajetória do povo quilombola quem pensa na circularidade e através da cosmovisão politeísta.

[...]

Para nós, quilombolas e indígenas, essa é a pauta. Contracolonizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar. Uma contracolonização (SANTOS, 2018, p. 10)

A partir dessa provocação partimos a refletir sobre a contracolonização no contexto da Educação acadêmica.

### **A busca por uma educação contracolonizadora**

Em primeiro lugar, para pensar a contracolonização no campo acadêmico é importante situarmos a universidade brasileira neste contexto. Assim, seguimos a perspectiva de Pablo de Castro Albernaz e José Jorge de Carvalho (2022) quando apontam que

Nosso modelo de ensino superior se constituiu como uma réplica das universidades europeias, em especial o modelo humboldtiano (de universidade pesquisa) que serviu de base para a criação das instituições acadêmicas no Brasil (Terra, 2019). Toda a formação do sistema universitário brasileiro se baseou na compatibilização do modelo de ensino nas universidades europeias e norte-americanas sem levar em consideração nenhum tipo de adequação à realidade e aos saberes locais das sociedades indígenas, de matriz afro-brasileira, das culturas populares e tradicionais do país. Por mais de um século, esse modelo excludente e monoepistêmico de conhecimento se associou às múltiplas formas institucionais de exclusão étnico-raciais e de classe, sem sofrer grandes alterações até o surgimento das políticas de cotas, já no século XXI. (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 349-350)

Aponta-se no trecho a associação das universidades brasileiras a formas de exclusão étnico-raciais e de classe que consideramos parte da operação colonizadora. Concluímos, assim, que se trata de uma instituição que, na dimensão epistêmica e educativa, se configura como um território construído pela cosmovisão cristã monoteísta. Desse modo, tal como com a linguagem escrita e a escola em Santos (2018) e a língua colonial em Kilomba (2019) e hooks (2017), de que maneira adentramos esse território (a academia) para a construção de possibilidades contracolonizadoras?

A primeira chave que nos é apresentada se encontra no trecho citado, em que Albernaz e Carvalho (2022) apontam que as alterações observadas no modelo de conhecimento das universidades brasileiras começam a partir do surgimento da política de cotas. Ou seja, a presença é fundamento da prática e do pensamento contracolonizador.

A partir daí, da presença, é preciso organizar um processo de luta neste território. Muito se tem refletido e agido nesse sentido. Iniciativas em ensino, pesquisa e extensão têm tomado formas distintas ao

redor do país para a construção plural de conhecimento que abra espaço para as confluências, na medida em que pensam os próximos passos a partir da presença. Nesse contexto podemos citar, por exemplo, o projeto Encontro de Saberes.

Iniciado na Universidade de Brasília (UnB), esse projeto busca atuar construção de diálogos entre pesquisadores/as, docentes universitários/as e mestres/as de culturas tradicionais pensando a partir de “[...] quatro dimensões básicas, a da inclusão étnico racial, a dimensão política, a dimensão pedagógica e a dimensão epistêmica” (CARVALHO, 2020, p. 93). Em primeiro plano está colocada exatamente a questão do acesso e permanência à universidade e suas implicações, notadamente em destaque o combate ao racismo institucional. A dimensão política trata da modificação no corpo docente da universidade, ao inserir mestres e mestras das culturas contracolonizadoras nos quadros universitários, o que implica um reordenamento burocrático e institucional que mais fundamentalmente significa a redistribuição de poder do que tange ao conhecimento e a quem se considera apropriado considerar especialista-pesquisador/a ou professor/a. A dimensão pedagógica “[...] fundamenta a perspectiva antirracista ao estabelecer mecanismos de interlocuções pluripistêmicas nas múltiplas áreas do saber.” (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 344). E enfim, “[...] a dimensão epistêmica busca criar um ambiente propício para o convívio entre saberes de distintas matrizes socioculturais, agenciando a diversidade específica de cada área do conhecimento” (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 344).

Iniciativas como esta nos animam a pensar e agir na direção de uma educação contracolonizadora que ganhe terreno nos mais variados territórios educativos, que se faça presente nas universidades mas também nas escolas, e que não se esgote nestes campos, mas que fortaleçam a luta por sua territorialidade original e confluam por uma convivência mais justa e plural.

### **Gingando em confluências: à guisa de novos começos**

A contribuição de autores como “Nêgo Bispo” para o debate nas Ciências Humanas vem alargando as possibilidades de pensar e agir a partir de nossas próprias matrizes epistêmicas e cosmológicas. O movimento de reunir oralidade e escrita tem nos feito recuperar território no campo epistemológico, permitindo-nos acessar e organizar no tempo-espacó e na linguagem nossas referências e ações no território acadêmico.

A recente tradução do “Livro africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo”, de Bunseki Fu-Kiau (FU-KIAU, 2024), feita por Tiganá Santana, é, neste sentido, processo ilustrativo do momento profícuo em que estamos. Referência fundamental do sistema cosmológico Kongo (um dos povos Bantu tão influentes em nossos modos e significações negras no Brasil), o pensamento de Fu-Kiau foi introduzido ao Brasil pelo esforço, ainda na década de 1980, do Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, nas figuras

de Mestre Moraes e Mestre Cobra Mansa, e por Makota Zimewanga, sacerdotisa do culto a Nkises, que realizou a primeira tradução para português de um texto do autor (SANTANA, 2024, p. 18). Sem essa etapa, é possível que a tão importante tradução completa dessa obra estaria talvez mais distante de se concretizar.

Esse fato nos mostra a relevância da confluência entre a linguagem escrita e a oralidade empreendida por mestres/as responsáveis por preservar nossas matrizes cosmológicas e construir bases epistêmicas a partir delas. Evidencia também do quanto longe vêm nossos passos e que os novos cenários refletem as batalhas vencidas ao longo de nosso processo de resistência à colonização.

Assim, é preciso dizer que a contracolonização no campo acadêmico não é uma causa a ser anunciada senão uma batalha já em curso há gerações e que deve seguir com a força de nossos/as ancestrais e mais velhos/as somada com a nossa disposição de abrir mais e mais frentes.

A guerra de denominações à qual nos conclama Santos (2023, p. 15), habita na Pedagoginga, de Allan da Rosa (2015), na Escrevivência, de Conceição Evaristo (2020), no Movimento Negro Educador, de Nilma Lino Gomes (2019), na Oralitura, de Leda Maria Martins (2000), que tão profundamente nos convidam a pensar e agir uma Educação desde nossas matrizes.

Dessa forma, é importante evidenciar iniciativas já em curso que encontram nossa intenção de um fazer contracolonizador na academia. O projeto Encontro de Saberes é, nesse sentido, uma forte referência a ser estudada, como já ressaltado neste texto. A partir dessa iniciativa, por exemplo, é que Antônio Bispo dos Santos insere-se como docente e pesquisador nas universidades brasileiras, a princípio na UnB, em 2012. Foi também por intermédio dessa ação que se publicou o livro “Colonização, quilombos, modos e significados” (SANTOS, 2015), uma revisão de sua obra original “Quilombos, modos e significados” (2007).

Todos estes movimentos nos motivam a gingar em confluências cada vez mais próprias e fundamentadas em nossas matrizes cosmológicas. A ginga, movimento que aprendemos com velhos/as mestres/as ser o mais importante da Capoeira, é o que nos conduz por este caminho. Encontrar equilíbrio e fundamento em meio às mudanças do jogo nos conduz a buscar métodos de ensino e pesquisa que nos permitam assumirmo-nos contracolonizadores/as, apesar de, muitas vezes, estarmos em território inimigo, preparando as esquivas e golpes para ganhar terreno com e para os/as nossos/as.

O mais importante é a consciência de não estarmos e nem de querer nos mover sozinhos/as. A confluência afinal presume comunidade, um “nós” territorializado. É reconhecer que, mesmo no terreno mais árido, temos a oportunidade hoje de pisar em um chão conquistado pelos nossos. Pedir cada vez menos licença para eles, os colonizadores. Citar cada vez menos obras escritas por obrigação e mais por reconhecimento, porque os nossos e as nossas escrevem mais e nos nutrem mais de bases epistêmicas contracolonizadoras.

A este respeito, citamos nosso próprio exemplo, enquanto orientando participante e orientadora coordenadora de um grupo de pesquisa majoritariamente negro, como outros pelo país, pesquisando temáticas relacionadas à ERER e à Lei 10.639/2003, apoiando-nos, debatendo nossos trabalhos, aprofundando referências e conhecimentos negras e construindo uma comunidade de afeto e cuidado.

A confluência em comunidade é importante por nos nutrirmos, aprendermos e ensinarmos também com aquilo que nunca será escrito, lá onde é dito, vivido. “Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim.” (SANTOS, 2023, p. 66)

## Referências

- ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizonte antropológico**. Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 333-358, maio/ago. 2022. Disponível em: [scielo.br/j/ha/a/F9NpLCqhy5tzj5GwcHFY86h/](https://doi.org/10.1590/F9NpLCqhy5tzj5GwcHFY86h/)?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20/09/2024.
- BARONE, Eustarley. **Antes da primeira guerra mundial**. In: Sem gravação. 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo, Duas Cidades / Editora 34, 2011.
- CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze.; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 79-106.
- CARVALHO, José Jorge de. Notório saber para os mestres e mestras dos povos e comunidades tradicionais: uma revolução no mundo acadêmico brasileiro. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 1, p. 54-77, 2021.
- EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FU-KIAU, Kimbwandènde Kia Bunseki. **O livro africano sem título**: cosmologia dos bantu-kongo. 1a. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther; SADER, Emir (Orgs.). **La guerra infinita Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires. CLACSO, 2002, p. 217-256. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11938/1/Cecena-Sader.pdf>. Acesso em: 20/09/2024.

GUERRAS do Brasil.doc. Parte 1: **As guerras de conquista**. Direção de Luiz Bolognesi. Produção de Laís Bodanzky e Buriti Filmes. Rio de Janeiro: Buriti Filmes, 2019. Disponível em: GUERRAS DO BRASIL.DOC - Ep. 1: As guerras da conquista (youtube.com) Acesso em: 20/09/2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **A oralitura da memória**. Brasil afro-brasileiro, v. 2, p. 63-86, 2000.

OYÉWÜMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PES, João Héio Ferreira; RODRIGUES, Juliana de Oliveira Rodrigues. Supressão de direitos nos territórios indígenas: ameaças aos direitos fundamentais dos povos indígenas e ao meio ambiente. **Abya-Yala**: Revista Sobre Acesso à Justiça E Direitos Nas Américas, v.6, n. 2, p. 188 a 211, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/46887>. Acesso em: 20/09/2024.

ROSA, Allan da. **Pedagoginga, autonomia e mocambagem**. São Paulo : Pólen, 2019. (Coleção Insurgências)

SANTOS, Antônio Bispo. **Quilombos, modos e significados**. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 20/09/2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 3a. reimpr. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA. 2023.

Recebido em: 28/01/2025

Aceito em: 06/03/2025